

MÉDICOS INTÉRPRETES DO BRASIL. Hochman G, Lima NT, organizadores. São Paulo: Editora Hucitec; 2015. 666 p. ISBN 978-85-8404-028-5.

doi: 10.1590/0102-311X00139317

Há várias formas de se ler um livro. *Médicos Intérpretes do Brasil* possibilita um brincar com a leitura e diferentes viagens.

Uma viagem pelos autores lidos por outros autores, que não só apresentam o médico intérprete, mas também interpretam sua obra, trazendo nuances e questões que parecem fazer mais sentido que o autor sozinho, porque contextualizadas e ressignificadas.

Uma viagem pelos autores por eles mesmos, permitindo acessar textos (alguns perdidos nas bibliotecas e poucas vezes lidos) e formas de ler o mundo que hoje nos são estranhas, mas que construíram um sentido para o Brasil e para a saúde no momento em que foram escritos.

Uma viagem pela tessitura do livro, pelas escolhas feitas dos intérpretes e dos autores que os comentam, num formato que possibilita refletir sobre o próprio sentido do que é ser um intérprete do Brasil e o que sua obra oferta de ideias.

O livro é apresentado como um mosaico de leituras de 29 médicos, que viveram entre os séculos XIX e XXI no Brasil, e assumiram papel de destaque na história brasileira, homens de ideias, mas também “homens de ação”¹, com participação ativa na construção do projeto nacional. Pelas mãos dos médicos forjou-se uma política de Estado com legitimidade para intervir nos territórios, adentrar espaços privados e alcançar subjetividades.

Do final do século XIX à primeira metade do século XX no Brasil, os médicos revelam que o esforço de construção do projeto nacional se apresentou no desenvolvimento de teorias que articulavam majoritariamente dois núcleos de sentido: a doença e a raça. Num mundo marcado pela ótica colonialista imprimem-se padrões e formas de classificação racial e étnica da população, tendo no saber saúde o argumento central para a naturalização de conceitos e práticas. Foi pelo discurso da doença e pela associação com a

raça que nosso imaginário de povo e de país foi constituído, e a doença passou a ser apresentada como obstáculo ao progresso e à civilização.

À saúde pública caberia a importante tarefa de aplicar soluções para a mudança do país com vistas a garantir uma nova civilização. A perspectiva médico-higienista adentrou a cultura e a política, provocando o debate entre diferentes intelectuais e outros atores sociais do período. Expressões como “país doente”, “imenso hospital”, “herança maldita”, “raça degenerada” circulavam nas análises produzidas à época, e os médicos, como agentes do Estado, difundiam uma imagem do povo e do país ofertando remédios contra os “males do Brasil”: higiene, profilaxia, saneamento e educação sanitária. Mas não foi sem controvérsias. O debate foi firmado entre abordagens culturalistas, que denunciavam as relações de dominação e o legado social e cultural produtor de doença; e abordagens biologicistas, que afirmavam a diferença entre as raças, a superioridade dos brancos e as desvantagens do clima tropical.

Novas nuances ganharam espaço de interpretação a partir dos anos 1930 e, em especial, no período pós-Segunda Guerra. O problema central já não era mais o estabelecimento da nação, mas o seu desenvolvimento. A agenda sanitária não podia mais restringir-se a orientações da saúde pública, e a associação doença e raça já não tinha mais a mesma força argumentativa. Com aportes da economia, da sociologia e da demografia, desmontou-se a tese de que a origem da pobreza é a doença, para mostrar que, ao contrário, a pobreza é consequência de um Estado atrasado e dependente, que mantém um “círculo vicioso” que ao não enfrentar a pobreza, reproduz a doença. A tese central passou a ser a defesa da superação da dependência estrutural do Estado, com desenvolvimento econômico, industrialização, modernização e infraestrutura. Somente nesse caminho seria possível romper o ciclo pobreza/doença/pobreza e superar a precariedade do estado sanitário.

Os chamados sanitaristas-desenvolvimentistas foram os atores em diálogo para dentro da área da saúde, mas especialmente para fora, como partícipes do debate político e econômico,



com proposições para pensar o papel do Estado na transformação da realidade.

No último quartel do século XX, uma nova inflexão foi apresentada no debate acerca do projeto civilizatório. A partir da crítica ao Estado autoritário, foram apresentados como aspectos-chave para uma nova política o combate às desigualdades e a garantia da democracia. Na saúde, a reforma sanitária ganhou contornos de uma reforma estrutural e socializante do Estado. Constituiu-se a defesa de um projeto abrangente e equânime de proteção social, com vistas à construção de outro projeto civilizatório, como enunciava Sergio Arouca, um projeto de inclusão com redistribuição e participação social.

Desde os anos 1980, o campo da saúde ficou complexo tanto em práticas como em conhecimento. Os médicos deixaram de ser os principais analistas do campo e a institucionalização do Sistema Único de Saúde produziu efeitos no olhar sobre a atuação do Estado, deslocando o foco para a implementação do projeto político e menos para a interpretação das relações Estado/sociedade/saúde. Talvez por esse motivo a coletânea enfatize mais as interpretações produzidas até os anos 1970, ofertando apenas três olhares mais contemporâneos sobre a saúde e o Estado.

Reconhecer o Brasil com base no olhar desses médicos, é entrar em contato com o que não sabemos de nós mesmos, reconhecer percursos e admitir o passado para a compreensão do presente ². Quando os organizadores ofertam interpretações sobre a obra dos intérpretes acionam um dispositivo de análise das produções, possibilitando desmistificar verdades históricas, refazer conexões e, com isto, também questionar a própria interpretação e “invenção” produzidas pelos médicos sobre o Brasil.

Da leitura podemos reconhecer...

Nascemos e nos afirmamos racistas e eugenistas. Mas essa não foi uma peculiaridade brasileira. Essa foi a história de dominação e expropriação imposta pela violência do Estado colonialista. É a história da modernidade e do capitalismo e não escapamos dela ³.

A medicina foi o braço de Estado que implantou tal projeto. Mas também foi a medicina que possibilitou a sobrevivência de outros milha-

res. O projeto de dominação apresenta contradições, pois ao mesmo tempo em que mata, salva ⁴.

Muitos silenciamentos e apagamentos foram produzidos, alguns, após um longo processo de idas e vindas, encontraram espaço para escuta, outros tantos ainda estão inaudíveis ⁵.

Com a invenção da modernidade veio o projeto de civilização e de bem-estar. Da instauração da ordem, passando pelos anos gloriosos de expansão da proteção, chegou-se ao século XXI com as perguntas que foram feitas nos diferentes momentos de crise do modelo: a quem serve o bem-estar? Qual o projeto de civilização? Que país queremos e para que povo?

Ou seja, voltamos às mesmas perguntas do início da trajetória e somente com novas interpretações será possível chegar a novas proposições. Interpretar o Brasil, reconhecer nossas linhagens de pensamento político e social não é uma tarefa fácil, mas necessária, em especial se desejamos ser autores de nossa própria história; se almejamos distinguir as ideias e projetos em disputa para traçar nossos próprios rumos ⁶.

Tatiana Vargas de Faria Baptista ¹

¹ Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Brasil. twargas@ensp.fiocruz.br

1. Weffort FC. Formação do pensamento político brasileiro: idéias e personagens. São Paulo: Ática; 2006.
2. Bloch M. Apologia da história ou o ofício de historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores; 2001.
3. Quijano A. Colonialidade do poder e classificação social. In: Santos BS, Meneses MP, organizadores. Epistemologias do sul. Coimbra: Edições Almedina/CES; 2009. p. 73-117.
4. Foucault M. Crise da medicina ou crise da anti-medicina. *Verve* 2010; 18:167-94.
5. Santos BS, Meneses MP. Introdução. In: Santos BS, Meneses MP organizadores. Epistemologias do sul. Coimbra: Edições Almedina/CES; 2009. p. 9-19.
6. Brandão GM. Linhagens do pensamento político brasileiro. São Paulo: Editora Hucitec; 2007.